



CENTRO UNIVERSITÁRIO LEÃO SAMPAIO – UNILEÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

JOSÉ CLEDIOMAR FEITOSA JÚNIOR

**O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NA ENCRUZILHADA: A DEFESA DE
UM PROJETO PROFISSIONAL DE “RUPTURA” E IRRECONCILIÁVEL COM OS
PRINCÍPIOS NEOLIBERAIS**

JUAZEIRO DO NORTE-CE
2022

JOSÉ CLEDIOMAR FEITOSA JÚNIOR

O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NA ENCRUZILHADA: A DEFESA DE UM PROJETO PROFISSIONAL DE “RUPTURA” E IRRECONCILIÁVEL COM OS PRINCÍPIOS NEOLIBERAIS

Trabalho de Conclusão de Curso de pós-graduação apresentado ao curso de Serviço Social do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio/UNILEÃO, como requisito para obtenção do título de especialista.

Orientador(a): Esp. Cecília Bezerra Leite

JUAZEIRO DO NORTE-CE
2022

RESUMO

O presente ensaio realiza o resgate histórico da profissão do Serviço Social brasileiro, desde a sua gênese até a contemporaneidade, problematizando em cada conjuntura as transformações sucedidas ao longo do decurso de formação profissional, bem como em torno da idealização do Projeto Ético-Político do Serviço Social e, por consequência, os rebatimentos do sistema econômico vigente sobre ambos, além da imprescindível predominância da “perspectiva marxista” (intenção de ruptura) no seio da categoria profissional em contestação aos parâmetros neoliberais. Ademais, este estudo configura-se enquanto uma pesquisa do tipo qualitativa, de natureza exploratória e que se seguiu o caminho metodológico de delineamento bibliográfico utilizando como fontes de dados publicações de autores(as) que são referências nos assuntos aqui abordados.

Palavras Chave: Serviço Social. Formação Profissional. Projeto Ético-Político. Neoliberalismo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NA ENCRUZILHADA: A DEFESA DE UM PROJETO PROFISSIONAL DE “RUPTURA” E IRRECONCILIÁVEL COM OS PRINCÍPIOS NEOLIBERAIS	6
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	14
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
REFERÊNCIAS	17

1 INTRODUÇÃO

Nesta peça acadêmica, teve-se por finalidade analisar a formação profissional do Serviço Social e do Projeto Ético-Político em face dos desafios impostos pelo contexto neoliberal, além da tentativa de desvendar, na dinâmica da realidade social contemporânea, as possibilidades de enfrentamento aos impactos do modelo econômico presente, assim como algumas formas, de luta e resistência, para permanência da vertente de “intenção de ruptura” como hegemônica no seio da categoria profissional e a concretização do referido projeto da profissão do Serviço Social que se vincula umbilicalmente com o projeto societário de contestação da sociedade capitalista, objetivando a sua superação.

Salienta-se que o interesse em desenvolver um ensaio sobre a referida temática, começou a se gestar com base nos conteúdos abordados durante a disciplina de “Formação Profissional e Projeto Ético-Político” do curso de pós-graduação em “Serviço Social e Políticas Públicas”, realizado pelo Centro Universitário – UNILEÃO, no município de Juazeiro do Norte – CE.

Ressalta-se que a presente pesquisa se justifica pela necessidade de aquisição de novos conhecimentos relativos a problemática em questão, tanto por parte da população, como também pelo meio universitário, visando construir formas de protagonismo e resistência, entre o corpo da categoria profissional do Serviço Social e de setores das camadas populares, do mesmo modo estabelecendo o diálogo com outras profissões.

É importante destacar que o desenvolvimento deste trabalho teve como ponto de partida o resgate da historicidade da profissão do Serviço Social brasileiro, desde a sua origem na década de 1930 até os dias atuais, sendo problematizadas em cada conjunção as mudanças ocorridas no processo de formação profissional, tal qual a discussão sobre a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social e, por conseguinte, os rebatimentos do neoliberalismo sobre ambos, além das possibilidades de enfrentamento ao sistema econômico vigente, as formas de efetivação do aludido projeto e a importância da primazia no seio da categoria profissional da “perspectiva marxista”.

Este estudo, configura-se enquanto uma pesquisa do tipo qualitativa, de natureza exploratória e que se seguiu o caminho metodológico de delineamento bibliográfico utilizando como fontes de dados publicações de autores(as) que são referências, a saber: José Paulo Netto (2005; 2006; 2009); Maria Carmelita Yasbek (2009); Marilda Villela Iamamoto (2006; 2007); Vicente de Paula Faleiros (2009); Maria Ozanira da Silva e Silva (2002); e, entre outros que contribuíram significativamente para uma análise crítica acerca dos conteúdos aqui

desenvolvidos.

2 O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NA ENCRUZILHADA: A DEFESA DE UM PROJETO PROFISSIONAL DE “RUPTURA” E IRRECONCILIÁVEL COM OS PRINCÍPIOS NEOLIBERAIS

A profissão do Serviço Social brasileiro possui sua gênese atrelada aos pressupostos filosóficos e dogmáticos da Igreja Católica no decurso da década de 1930, cuja atuação desprovida de uma fundamentação teórico-metodológica, pautava-se na ótica da filantropia, benesse e moralização das refrações da questão social em um contexto particularizado pela implementação e expansão dos ideários do capitalismo monopolista¹.

No Brasil, as primeiras escolas de Serviço Social foram criadas pela atual Pontifícia Universidade Católica – (PUC) de São Paulo e do Rio de Janeiro, respectivamente nos anos de 1936 e 1937. Nesse sentido, “O Serviço Social surge como resposta à questão social, e em particular, à presença do movimento operário e popular, estimulado por contingentes que desenvolviam uma atividade prática de apostolado católico, provenientes das classes dominantes”. (CASTRO: 2010; p.109).

Ademais, foi ao longo da década de 1940 que a profissão do Serviço Social adquiriu status profissional e legitimidade ao ser incorporada paulatinamente pela esfera privada e em seguida pelo setor público para desempenhar a função de atenuar e apaziguar os conflitos decorrentes das relações antagônicas entre capital e trabalho. Conforme a assertiva de Faleiros (2009), “A pratica do Serviço Social era considerada como um meio, uma mediação, um instrumento da sociedade, para alcançar determinado nível de bem-estar. [...] Buscava-se melhorar a sociedade existente, sem entretanto, colocá-la em questão”. (p.65).

Todavia, é imprescindível advertir que a profissão do Serviço Social não surge de uma evolução da caridade e/ ou da racionalização da filantropia, mas sobretudo, por uma necessidade do sistema econômico vigente de se ter um profissional “qualificado” para intervir nas crescentes reivindicações oriundas da classe trabalhadora, que neste período de industrialização tardia no país, se deparava com o afloramento das expressões multifacetadas da questão social². Em outras palavras, não foi a profissão do Serviço Social que criou as

¹ (...), é por demais conhecida a relação entre a profissão e o ideário católico na gênese do Serviço Social brasileiro, no contexto de expansão e secularização do mundo capitalista. (YASBEK: 2009; p.3).

² A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado

condições necessárias para sua institucionalização, antes de tudo, foi o capital que gestou os espaços sócio-ocupacionais passíveis de atuação dos assistentes sociais, imputando a profissão um significado e uma direção social de reprodução dos interesses da classe dominante. Assim como explicita Netto (2005):

Ora, um tal mercado não se estrutura, para o agente profissional, mediante as transformações ocorrentes no interior do seu referencial ou no marco da sua prática – antes, estas transformações expressam exatamente a estruturação do mercado de trabalho; na emergência profissional do Serviço Social, não é este que se constitui para criar um dado espaço na rede sócio-ocupacional, mas é a existência deste espaço que leva à constituição profissional. [...] A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica. (p.73).

Por isso, como forma de atender as demandas impostas a profissão para além da caridade, mas através de um embasamento teórico-metodológico, o Serviço Social brasileiro foi “beber” em novas fontes, ou seja, ao entrar em contato com o Serviço Social norte-americano e receber as influências fraco-belgas, a profissão passou por um processo de tecnificação de seu exercício profissional inspirado na matriz positivista³ durante as décadas de 1940 e 1950. Como tão bem acrescenta Yasbek (2009):

Nesse contexto, a legitimação do profissional, expressa em seu assalariamento e ocupação de um espaço na divisão sócio técnica do trabalho, vai colocar o emergente Serviço Social brasileiro frente à matriz positivista, na perspectiva de ampliar seus referenciais técnicos para a profissão. Este processo, que vai constituir o que Iamamoto (1992, p. 21) denomina de “arranjo teórico doutrinário”, caracterizado pela junção do discurso humanista cristão com o suporte técnico-científico de inspiração na teoria social positivista, reitera para a profissão o caminho do pensamento conservador (agora, pela mediação das ciências sociais). (p.5).

Até então, tinha-se no cenário brasileiro a predominância de um Serviço Social, enquanto profissão, apático e apolítico com relação a defesa dos interesses da classe trabalhadora e de seu reconhecimento enquanto tal, além de uma visão parca, presente no seio da categoria, sobre a dinamicidade da realidade social e das relações de exploração inerentes a

e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. (IAMAMOTO; CARVALHO: 2006; p.77).

³ O método positivista trabalha com as relações aparentes dos fatos, evolui dentro do já contido e busca a regularidade, as abstrações e as relações invariáveis. [...] Não aponta para mudanças, senão dentro da ordem estabelecida, voltando-se antes para ajustes e conservação. (YAZBEK: 2009; p.6).

sociedade capitalista. Haja vista que os assistentes sociais estavam imbuídos da teoria social positivista, de “sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social” (YAZBEK: 2009; p.6).

Mais precisamente, foi a partir dos anos 60 que a profissão do Serviço Social latino-americano percorreu, mediante as nuances de cada país, por um processo gradativo, de questionamentos e indagações, acerca de suas bases conservadoras⁴ em diferentes níveis; no plano teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político. Contudo, tal premissa de revisão global, de autocrítica no âmbito da profissão, deveu-se a eclosão das manifestações sociais e populares em oposição aos regimes ditatoriais que pairavam sobre a América Latina, mas também, pelo reconhecimento de que se a profissão do Serviço Social não acompanhasse as transformações em curso naquele período poderia perder sua legitimidade perante a sociedade e o Estado. Conforme a ressalva de Netto (2009):

Mesmo sem explicitar as questões cadentes que iam anacronizando o Serviço Social “tradicional” (por não tomá-las como tais ou por expediente “diplomático”), estes três elementos delimitam-nas nitidamente: a dissincronia com as “solicitações” contemporâneas, a insuficiência da formação profissional e a subalternidade executiva. (p.139).

Nessa conjuntura, exigiu-se da profissão do Serviço Social um repensar sobre os rumos da categoria, um novo posicionamento em face da realidade social, aguçando a necessidade da construção coletiva de um Serviço Social mais crítico e sensível as necessidades da população, de suas formas de luta e resistência. Foi, portanto, no bojo dessas inquietações que a profissão vivenciou ao longo dos anos 60, 70 e 80, um movimento histórico no âmbito da categoria intitulado de “reconceituação”.

Com efeito, a reconceptualização está intimamente vinculada ao circuito sociopolítico latino-americano da década de sessenta: a questão que originalmente a comanda é a funcionalidade profissional na superação do subdesenvolvimentismo. Indagando-se sobre o papel dos profissionais em face de manifestações da “questão social”, interrogando-se sobre a adequação dos procedimentos profissionais consagrados às realidades regionais e nacionais, questionando sobre se a eficácia das ações profissionais e sobre a eficiência e legitimidade das suas representações, inquietando-se com o relacionamento da profissão com os novos atores que emergiam na cena política (fundamentalmente ligados às classes subalternas), (...) ao mover-se assim os assistentes sociais latino-americanos, através de seus segmentos de vanguarda, estavam minando as bases tradicionais da sua profissão. (NETTO: 2009; p.146).

⁴ Um notável movimento de renovação do Serviço Social surge nas sociedades latino-americanas, a partir da década de 60, como manifestação de denúncia e contestação do “Serviço Social tradicional”. (...) Vale ressaltar que esse Movimento de Reconceituação se apresenta sob formas diversas, trazendo em si as peculiaridades da realidade social de cada país. (SILVA: 2002; p.71).

Assim sendo, salienta-se que o referido movimento se configurou em uma disputa interna, no âmbito da profissão do Serviço Social, de diferentes projetos políticos, sendo tal disputa polarizada por três vertentes denominadas, por Netto (2009), respectivamente de: “Modernizadora” (perspectiva conservadora)⁵; “Reatualização do Conservadorismo” (perspectiva fenomenológica)⁶ e a “Intenção de Ruptura” (perspectiva marxista)⁷.

É importante assinalar que na disputa entre tais vertentes para conquista da hegemonia no corpo profissional do Serviço Social ao longo dos anos já mencionados, verificou-se na realização do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – (CBAS) em 1979, mais conhecido como “Congresso da Virada”, um momento crucial para categoria profissional que pela primeira vez colocou em xeque o quase monopólio do conservadorismo presente na trajetória do Serviço Social brasileiro, por muitas vezes atualizado no seio da profissão, vinculando-se a partir de então, a perspectiva de intenção de ruptura, na qual se observou uma pioneira aproximação ao marxismo, ainda que de forma enviesada (sem o recurso aos aportes teórico-metodológicos originais de Karl Marx), destacando-se Althusser como o nome mais expressivo que possibilitou esse primeiro acesso à tradição marxista. Assim como reitera e acrescenta Netto (2009):

O recurso dos reconceptualizadores à tradição marxista não se realizou sem problemas de fundo: excepcionalmente com o apelo às fontes originárias, no geral valeu-se de manuais de divulgação de qualidade muito discutível ou de versões deformadas pela contaminação positivista e até pela utilização de materiais notáveis pelo seu caráter tosco. Mais ainda: a diluição da especificidade do pensamento de inspiração marxiana no caldinho do ecletismo redundou em equívocos tão grosseiros que se chegou a supor a sua congruência teórico-metodológica com o substrato das propostas de Paulo Freire. Não se trata, como se vê, de um ingresso muito feliz da tradição marxista em nosso terreno profissional; entretanto – e não há que perder de vista este aspecto – o

⁵ A primeira direção dá-se com a perspectiva modernizadora, a qual se caracteriza pela busca da adequação do Serviço Social, (...) nessa direção, os assistentes sociais procuram assumir uma posição modernizadora em sua prática, tendo por base a manutenção do sistema, inserindo-se, portanto, na ideologia desenvolvimentista. Não há, nesse momento, um questionamento às estruturas sociais, e a grande preocupação se centra no avanço da teorização do Serviço Social, a qual deveria se ajustar ao contexto sócio-econômico da realidade brasileira. Essa perspectiva atinge seu auge nos Encontros ocorridos em Araxá e Teresópolis e começa a perder sua hegemonia a partir da segunda metade dos anos 70, quando já não atende mais às expectativas profissionais. (SILVA: 2002; p.82).

⁶ Essa perspectiva se apresenta relacionada com a fenomenologia, a qual destaca dimensões da subjetividade. A reatualização do conservadorismo é (...), uma volta ao passado, baseada em matrizes intelectuais mais aprimoradas. Ao contrário da perspectiva modernizadora, essa direção não tem muita repercussão no interior da profissão. (SILVA: 2002; p.83).

⁷ Essa vertente [...], que começa a se estruturar na segunda metade da década de 70, representada pela busca de construção de um Projeto Profissional, qualificado no presente estudo como de ruptura, cujas marcas se expressam no esforço de deslocamento das bases teóricas de estrutural-funcionalismo, que cristaliza a feição conservadora da profissão, para uma aproximação com a tradição marxista, que passa a inspirar a busca de renovação teórico-metodológica da ação profissional. (SILVA: 2002; p.83).

principal é que, a partir de então, criaram-se as bases, antes inexistentes, para pensar-se a profissão sob a lente de correntes marxistas; a partir daí, a interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista inscreveu-se como um dado da modernidade profissional. (p.148 -149).

Obviamente, a adesão da profissão do Serviço Social a “perspectiva renovadora” (intenção de ruptura) não se deu de súbito, mas sobretudo, teve como pano de fundo a crise da ditadura, em finais dos anos 70 e meandros dos anos 80 , e com ela, a consequente irrupção no meio social das crescentes manifestações de diversos segmentos atrelados a classe subalternizada, como os movimentos operários, estudantis, populares, enfim, que sacudiram a sociedade brasileira na luta pela redemocratização do país e por várias outras reivindicações que ganhariam forma com a derrubada do regime totalitário. “A luta pela democracia na sociedade brasileira, encontrando eco no corpo profissional, criou o quadro necessário para romper com o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social”. (NETTO: 2006; p.10).

Foi nesse ínterim, que a profissão do Serviço Social se reconheceu como parte integrante do bloco da massa de trabalhadores e se colocou à disposição no engajamento da luta e da defesa dos interesses das classes exploradas e oprimidas, em contraposição, aos ideários da sociedade capitalista. Ademais, verificou-se que “À quebra do quase monopólio do conservadorismo político na profissão seguiu-se a quebra do quase monopólio do seu conservadorismo teórico e metodológico. (NETTO: 2006; p.12-13).

Nesse sentido, a efetiva interlocução com a tradição marxista se desenvolveu a partir da publicação do livro: “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”, da autoria de Iamamoto e Carvalho, em 1982⁸. Destaca-se também, deste mesmo ano a reestruturação do currículo mínimo do curso de graduação em Serviço Social como forma de compactuar a formação profissional com o posicionamento político, de rompimento com a ideologia dominante e a vinculação do exercício profissional com os interesses oriundos da classe trabalhadora, assumido após o “Congresso da Virada”.

Todos os esforços foram dirigidos no sentido de adequar a formação profissional, em nível de graduação, às novas condições postas seja pelo enfrentamento, num marco democrático, da “questão social” exponenciada pela ditadura, seja pelas exigências intelectuais que a massa crítica em crescimento poderia atender. (NETTO; 2006; p.13).

⁸ É, sobretudo com Iamamoto (1982) no início dos anos 80 que a teoria social de Marx inicia sua efetiva interlocução com a profissão. (...) Trata-se, portanto de um conhecimento que não é manipulador e que apreende dialeticamente a realidade em seu movimento contraditório. Movimento no qual e através do qual se engendram, como totalidade, as relações sociais que configuram a sociedade capitalista. (YASBEK: 2009; p.10).

A profissão do Serviço Social, agora comprometida em sua maioria, com a perspectiva de intenção de ruptura, buscou dar continuidade ao aprimoramento de seu arcabouço teórico-metodológico, na junção de esforços que culminaram anos mais tarde com a reformulação de um novo Código de Ética em 1986. Embora, o referido código tenha sido revisado em curto lapso temporal (cerca de sete anos depois), em 1993, o mesmo representou um grande avanço ao introduzir toda a discussão acumulada pela categoria no que se refere ao seu posicionamento político (colocando-se ao lado da classe trabalhadora) e a recusa frontal ao conservadorismo⁹.

Até o referido momento, pode-se afirmar que foi a partir da crítica e da recusa do conservadorismo no âmbito profissional do Serviço Social que se gestou, ainda no trânsito dos anos 70, aos anos 80, as raízes de um novo projeto profissional denominado anos mais tarde de Projeto Ético-Político. Bem como, acrescenta Netto (2006):

Em síntese, foram estes os principais componentes que, a partir da quebra do quase monopólio do conservadorismo na profissão, se conjugaram para propiciar a construção do projeto ético-político do Serviço Social. Como se pode inferir desta argumentação, tais componentes foram se gestando ao longo dos anos oitenta e estão em processamento até hoje. (p.14).

Retomando a discussão acerca das transformações em curso na sociedade brasileira ao longo da década de 1980, faz-se necessário pontuar os importantíssimos avanços para a população como um todo, que começou a se gestar com a ruptura do regime ditatorial, o início do processo constituinte e, em sequência, a sua culminação na promulgação da Constituição Federal de 1988 – (CF/88). Esta última, reestabeleceu os direitos civis, políticos e sociais e acrescentou outras várias demandas da sociedade brasileira¹⁰. Cabendo destacar a instituição da Assistência Social como política pública não contributiva, de competência administrativa do Estado, integrando o tripé da Seguridade Social, junto a política de Saúde e a Previdência Social.

Por esse ângulo, tais avanços nas referidas políticas, nas quais historicamente foi requisitada a atuação do Assistente Social, seja pelo setor público ou pela esfera privada, antes

⁹ Marca característica dos Códigos de Ética de 1947, 1965 e 1975, que reforçavam de acordo com as peculiaridades de cada momento histórico, o conservadorismo presente na profissão do Serviço Social brasileiro.

¹⁰ (...), à conquista de direitos cívicos e sociais que acompanhou a restauração democrática na sociedade brasileira – assim, por exemplo, práticas interventivas com determinadas categorias sociais (crianças, adolescentes, idosos e etc.) só se puderam viabilizar institucionalmente porque receberam respaldo jurídico-legal. (NETTO: 2006; p. 14).

apenas restrita a execução, e posteriormente, na formulação e gestão das mesmas¹¹, representou um “ânimo” a mais para a profissão do Serviço Social no seu processo de requalificação profissional e reformulação dos seus aportes jurídico-legais que se consolidaram na década seguinte. Tendo em vista a regulamentação da profissão através da Lei nº 8.662 e o novo Código de Ética¹², ambos datados de 1993, e a implementação das diretrizes curriculares em 1996.

De fato a década de 1990, representou para a profissional do Serviço Social, uma maturidade intelectual expressa na vasta produção acumulada pela categoria de obras de cunho marxistas, contribuindo também em outras áreas das ciências sociais e humanas¹³, além de uma efetiva consonância, entre a lei que regulamenta a profissão, o Código de Ética de 1993, as diretrizes curriculares de 1996 e as resoluções do conjunto CFESS-CRESS¹⁴, com relação a reafirmação da vertente de intenção de ruptura com o conservadorismo na profissão e a materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Sobre este último, Netto (2006), reitera que: “(...) fundamentado teórica e metodologicamente, conquistou hegemonia no Serviço Social, no Brasil, na década de noventa do século XX”. (p.17).

Contudo, faz-se necessário novamente recorrer as transformações no contexto da sociedade brasileira, para elucidar que na contramão da consolidação da CF/88 e dos avanços no âmbito da profissão do Serviço Social, presenciou-se logo na primeira metade dos anos 90, a implementação dos parâmetros neoliberais¹⁵ pelos governos de Fernando Collor, Itamar Franco e de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Além disso, tais parâmetros tiveram continuidade, em menor ou em maior escala, até os dias atuais com os governos “lulo-petistas”

¹¹ O Assistente Social tem sido historicamente um dos agentes profissionais que implementam políticas sociais, especialmente políticas públicas. (...), mas, hoje, o próprio mercado demanda, além de um trabalho na esfera da execução, a formulação de políticas públicas e a gestão de políticas sociais. (IAMAMOTO: 2007; p.20-21).

¹² Nesta revisão, que deu forma ao Código hoje vigente, as unilateralidades e limites de 1986 foram superadas e, de fato, o novo Código incorporou tanto a acumulação teórica realizada nos últimos vinte anos pelo corpo profissional quanto os novos elementos trazidos ao debate ético pela urgência da própria revisão. (NETTO: 2006; p.15).

¹³ O Serviço Social é uma profissão (...), enquanto profissão não é uma ciência nem dispõe de teoria própria; mas o fato de ser uma profissão não impede que seus agentes realizem estudos, investigações, pesquisas etc. e que produzam conhecimentos de natureza teórica, incorporáveis pelas ciências sociais e humanas. (NETTO: 2006; p. 12).

¹⁴ Conselho Federal de Serviço Social - Conselho Regional de Serviço Social.

¹⁵ As transformações no mundo do trabalho vêm acompanhadas de profundas mudanças na esfera do Estado, consubstanciadas na Reforma do Estado, exigida pelas “políticas de ajuste”, tal como recomendadas pelo Consenso de Washington. [...], a referida proposta conseguiu obter uma hegemonia ideológica mundial: governos das mais diferentes feições políticas a adotaram, inclusive aqueles social-democratas, contra os quais insurgiu o neoliberalismo na sua origem. (IAMAMOTO: 2007; p.34-35).

(Lula e Dilma), de Michel Temer e Jair Bolsonaro.

É desnecessária qualquer argumentação detalhada sobre o antagonismo entre o projeto ético-político que ganhou hegemonia no Serviço Social e a ofensiva neoliberal que também, no Brasil, em nome da racionalização, da modernidade, dos valores do Primeiro Mundo etc., vem promovendo (ao arripio da Constituição de 1988) a liquidação de direitos sociais (denunciados como “privilégios”), a privatização do Estado, o sucateamento dos serviços públicos e a implementação sistemática de uma política macro-econômica que penaliza a massa da população. (NETTO: 2006; p.18-19).

Em outras palavras, a ofensiva neoliberal tratou de dilapidar em um curto período de tempo vários avanços com relação aos direitos da população brasileira, flexibilizando e precarizando as relações de trabalho, provocando o sucateamento dos serviços e intuições estatais, a privatização e a mercantilização das políticas públicas, o aumento das desigualdades sociais e a concentração de renda em patamares exorbitantes, a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, enfim, um conjunto de medidas, cuja finalidade última, é permanecer intocáveis as estruturas basilares do sistema capitalista. Conforme explicita e acrescenta Iamamoto (2007):

(...), o discurso neoliberal tem a espantosa façanha de atribuir título de modernidade ao que há de mais conservador e atrasado na sociedade brasileira: fazer do interesse privado a medida de todas as coisas, obstruindo a esfera pública, a dimensão ética da vida social pela recusa das responsabilidades e obrigações sociais do Estado. É isso que se verifica no trabalho cotidiano do Serviço Social. Embora os direitos sociais sejam universais por determinação constitucional, as instituições governamentais tendem a pautar-se pela lógica do contador: se a universalidade é um preceito constitucional, mas não se tem recursos para atender a todos, então que se mude a Constituição. Essa é a lógica contábil, de “entrada” e “saída” de dinheiro, do balanço que se erige como exemplar, em detrimento da lógica dos direitos, da democracia, da defesa dos interesses coletivos da sociedade, a que as prioridades orçamentárias deveriam submeter-se. (p.37).

Diante dessa conjuntura, é evidente os enormes desafios para a formação profissional e a viabilização do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Tendo em vista que enquanto profissionais assalariados e inseridos na divisão sócio técnica do trabalho, os assistentes sociais não estão imunes a precarização das relações trabalhistas, as péssimas condições de trabalho, a burocratização de seu exercício profissional, ao desemprego, entre outros entraves que perpassam a categoria. Além de atuarem com os usuários que de forma mais direta sofrem com os rebatimentos do neoliberalismo, com processos de exclusão e marginalização na sociedade vigente.

Assim, a cruzada antidemocrática do grande capital, expressa na cultura do neoliberalismo – cruzada entre nós capitaneada por setores políticos partidários auto-intitulados social-democratas e, mais recentemente, por setores que outrora se reivindicavam de esquerda –, é uma ameaça real a implementação do projeto profissional do Serviço Social. Do ponto de vista neoliberal, defender e implementar este projeto ético-político é sinal de “atraso”, de “andar na contra mão da história”. (NETTO: 2006; p.19).

Há que se observar ainda, a formação profissional, na qual se verifica um aceleração da privatização do ensino superior no Brasil, no caso do Serviço Social, multiplicam-se cada vez mais o Ensino a Distância – (EAD), fragmentando-se o tripé de Ensino, Pesquisa e Extensão, além de provocarem um aligeiramento na formação profissional, de uma qualidade largamente discutível. Em detrimento, de uma educação pública, laica, presencial e de qualidade, conforme, explicitou-se claramente na campanha em 2011, realizada através da articulação entre o conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS¹⁶ e a ENESSO¹⁷, intitulada “Educação não é fast-food: diga não à graduação a distância no Serviço Social”. (RAMOS: 2011; p.116).

Nesse aspecto, é notório os desafios que atravessam a formação profissional e a concretização do Projeto Ético-Político do Serviço Social¹⁸, sendo necessário fortalecer, a luta e resistência, junto as entidades representativas do Serviço Social (o conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e a ENESSO), o diálogo com outras categorias profissionais e principalmente, a vinculação aos movimentos de massas da classe trabalhadora para enfrentar os ditames da sociedade capitalista, e sem ilusões otimistas, gestar cotidianamente as possibilidades de construção de uma nova sociabilidade, com a prevalência da justiça e da equidade social, sem o predomínio de classes e/ ou da exploração.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este ensaio trata-se de uma pesquisa do tipo qualitativa, de natureza exploratória e que se seguiu o caminho metodológico de delineamento bibliográfico utilizando como fontes de dados publicações de autores(as) que são referências no tema abordado. Nesse sentido, para

¹⁶ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

¹⁷ Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social.

¹⁸ Esquemáticamente, este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí o compromisso com a autonomia; a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. (NETTO: 2006; p.15).

GIL, a pesquisa exploratória “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. (2002; p. 41). Viabilizando assim, uma investigação mais precisa do assunto que se pretende analisar e fornecer subsídios para trabalhos futuros, sendo comum utilizá-la, ainda conforme o referido autor em pesquisas bibliográficas e de estudo de caso.

No que se refere à pesquisa qualitativa a mesma possibilita um encontro mais real entre o sujeito envolvido na pesquisa e o objeto em observação, conhecendo este último a partir de diferentes aspectos, além de viabilizar não apenas a sua mensuração, mas de tentar compreendê-lo e qualificá-lo. Conforme reitera Minayo & Sanches (1993):

A abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela envolve empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas. (p. 244).

Ademais, utilizou-se como método de pesquisa o materialismo-histórico-dialético – por este propiciar que o pesquisador atue “sempre considerando a contradição e o conflito; o ‘devir’; o movimento histórico; a totalidade e a unidade dos contrários; além de apreender, em todo o percurso de pesquisa, as dimensões filosófica, material/concreta e política que envolvem seu objeto de estudo” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 39) – tendo em vista que no âmbito da profissão do Serviço Social é o conhecimento que mais se aproxima das possibilidades de desvelar a realidade social, da forma complexa e contraditória, como ela se apresenta na atual sociedade que se estrutura sob égide do capital.

Para Marx, o método não é um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para “enquadrar” o seu objeto de investigação (...). O método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações. (NETTO: 2011; p. 52– 53).

Nesse conceito, trata-se de estabelecer uma relação de lealdade com o objeto sobre estudo, pois é o esqueleto e a dinamicidade que particularizam tal objeto que condicionam os procedimentos metodológicos a serem seguidos pelo pesquisador e quanto mais este último se avizinhar da realidade concreta do conteúdo em análise, mais se alargam as possibilidades de extrair dele as suas mais complexas determinações.

Evidencia-se ainda que, para Marx, existe uma indissociabilidade entre a construção teórica e a produção metodológica, uma vez que é no próprio processo de investigação que se

encontrará o método e tal investigação só alcançará legitimidade, gerando resultados significativos, gradativamente, na medida em que se toma ciência de seu próprio progresso e das condições que proporcionam avançar ainda mais. Porque, do contrário, a separação entre método e teoria não é senão uma deturpação do pensamento marxiano. (NETTO, 2011).

Destarte, presumindo que a pesquisa de cunho bibliográfica “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas” (GIL, 2002, p. 44), como é o caso desta peça acadêmica, que para a coleta de dados se realizou uma minuciosa revisão literária em fontes referendadas pela comunidade universitária e científica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante destacar que antes de analisar a referida temática na atualidade, fez-se necessário recorrer a historicidade da profissão do Serviço Social para compreender as transformações em curso e como a categoria que emergiu no cerne da sociedade capitalista, em sua fase monopólica, vinculada ao tradicionalismo e posteriormente, ao conservadorismo pela mediação das ciências sociais, conseguiu através de um longo e tortuoso processo, durante o movimento de reconceituação, obter na transição dos anos 80, aos anos 90, no âmbito da profissão a hegemonia da vertente de “intenção de ruptura”.

Além de tal resgate histórico ter demonstrado que o Projeto Ético-Político do Serviço Social começou a ganhar forma a partir da recusa e da crítica do conservadorismo presente, por longos anos, no âmbito da profissão. Possibilitou compreender também, algumas transformações que foram decisivas para hegemonia do referido projeto, quais sejam: a implementação do currículo mínimo em 1982, a derrocada da ditadura, o Código de Ética de 1986 e sua revisão em 1993, a promulgação da CF/88, a lei de regulamentação da profissão em 1993 e a aprovação das diretrizes curriculares em 1996. Foram estes, os principais marcos que fizeram com que o Projeto Ético-Político se estruturasse no corpo profissional do Serviço Social, no trânsito dos anos 90, rumo ao século XXI.

No que se refere a problemática em tela, verificou-se que a consolidação dos parâmetros neoliberais em meandros da década de 1990 no cenário brasileiro, em um curto período de tempo, colocou em xeque as conquistas da CF/88, além da precarização e flexibilização do mundo trabalho, a privatização do Estado, a mercantilização das políticas públicas, a exaltação

da esfera privada em detrimento do setor público, o aumento das desigualdades sociais e a concentração de capital em níveis gritantes, entre outras expressões da questão social.

Nessa perspectiva, fica evidente a contradição entre a ofensiva neoliberal e o Projeto Ético-Político do Serviço Social, com direções e objetivações totalmente opostas, além de afetar diretamente a formação profissional do Serviço Social brasileiro, que em tempos de privatização, presencia-se uma disseminação de cursos privados e uma proliferação do ensino na modalidade EAD no âmbito da categoria, ameaçando a hegemonia, da “perspectiva renovadora” e do aludido projeto, no corpo profissional do Serviço Social.

Por conseguinte, diante de todo o debate teórico-metodológico, desenvolvido neste singelo trabalho acadêmico, reforça-se que a ofensiva neoliberal está dilacerando as conquistas da população como um todo, destacando-se, por ser objetos aqui problematizados, os entraves que se recaem sobre a profissão do Serviço Social, mais especificamente, no âmbito da formação e do Projeto Ético-Político, que para se manterem resistentes aos impactos do neoliberalismo se faz urgente a construção de uma organização politizada dos assistentes sociais, junto as suas entidades representativas (conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e a ENESSO), atrelados a outras categorias profissionais e principalmente, engajados nos movimentos de massas das classes subalternizadas, visando substantivamente o fortalecimento das formas, de luta e resistência, frente a ordem do grande capital.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lucia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Metodologia e Ideologia do Trabalho Social**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas. S/A, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. – 19 ed. – São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

KONNO, Cristiane Carla. **Formação profissional na consolidação do projeto ético-político**

do Serviço Social. 2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil. UNIOESTE – Campus de Cascavel: 13 a 15 de outubro de 2005.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál. Florianópolis** v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo:** Oposição ou complementaridade? *Cad. Saúde. Públ.*, Rio de Janeiro, 9 (3): 239 – 262, jul/set, 1993.

NETTO, José Paulo. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** In: Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez/OPS/OMS, 2006.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social.** São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011 (64p.).

RAMOS, Sâmia R. A importância da articulação entre ABEPSS, conjunto CFESS/CRESS e ENESSO para a construção do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.113-122, jul. /dez. 2011.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 104, p. 695-714, out. /dez. 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.